





suas referências básicas que garantem seu estatuto identificador nem se fecha sobre si mesma, num hermetismo raro que se mostra intransigente e desinteressante aos alunos ~~em~~ e à vida cotidiana? Essas questões são de grande relevância para a história de construção da sociologia enquanto disciplina escolar no Brasil, pois promovem um amplo debate que ~~sempre~~ jamais teve lugar nesta história, e cujos resultados podem consolidar e cristalizar algumas bases e diretrizes comuns para a sociologia escolar na educação básica. Sabemos que certos consensos entre a comunidade disciplinar são condições "sine qua non" para a manutenção de sociologia nos quadros curriculares nacionais, e esta medida que ~~integra~~ integra a integral ao Programa Nacional de Livro Didático contribui muito neste sentido, fortalecendo a disciplina em pé de horizontalidade com as demais disciplinas.

Um livro didático de sociologia oferece muitas vantagens tanto para os jovens estudantes quanto para os professores. Ao tratar dos temas sociológicos com linguagem adequada e acessível, o livro didático aproxima os estudantes do discurso científico. Com recortes selecionados dos textos sociológicos de referência, com composições de fotografias, pinturas, tiras e outras sugestões de exercícios de pesquisa, os livros didáticos podem ~~operar~~ operar a serviço de uma efetiva transposição didática, ou mediação pedagógica. Não se pode perder de vista que há uma especificidade do saber escolar, da sociologia enquanto disciplina escolar, que a distingue da sociologia enquanto ciência. E que o papel do professor é trabalhar justamente tendo em vista esta mediação: entre a realidade do aluno e a sociologia científica pela via da sociologia enquanto disciplina; entre a esfera privada (família) e a esfera pública (sociedade) pela via escolar. Em suma, o livro didático pode ser um grande aliado do professor na tarefa árdua de traduzir ou reconstruir



O conhecimento científico da sociologia em conhecimento escolar de maneira adequada tendo em vista seus interesses e seu público-alvo, tem como suas condições de apreensão.

Entretanto, seria ingênuo acreditar que a simples existência de um livro didático, por melhor que ele fosse, seria suficiente para conduzir a tarefa do professor de sociologia enquanto instrumento vivo. O fato é que não se chega a trabalhar os objetivos do ensino de sociologia — quais sejam: desnaturalizar as explicações dos fenômenos sociais, estranhar os hábitos sociais e rotinas aparentemente fixados, estimular e desenvolver um olhar sociológico sobre o mundo que nos rodeia, trabalhando com e ao mesmo tempo criticando o senso comum — limitado apenas do livro didático.

Este deve funcionar como um suporte articulado a outras ferramentas e ~~os~~ recursos didáticos disponíveis ao professor: textos de referência na literatura sociológica, programas de TV, séries, filmes, músicas, ~~os~~ textos de jornais ou revistas, visitas a museus, pesquisa de campo. As opções ~~de~~ são amplas ~~de~~ ~~para~~ ~~o~~ ~~professor~~, cabendo aos acordos entre professores e comunidade escolar definir os critérios que os farão trabalhar com tal ou tal ferramenta, em tal ou tal articulação, ~~para~~ ~~o~~ ~~professor~~ estudar tal ou tal problema sociológico.

Para concluir: os efeitos da integração da sociologia no Programa Nacional do Livro Didático são extremamente benéficos de imediato, abrem possibilidades fecundas para a consolidação de um ponto de ancoragem da Sociologia científica no ~~ambiente~~ ambiente escolar, porém não pode ser ~~esta~~ tomada como suficiente, já que não basta haver o livro didático, o que interessa é sua articulação de maneira sólida e significativa na vida da comunidade escolar.





"Educação para a Paz". As medidas práticas que foram fomentadas a partir de cartilhas repletas implementadas de cima para baixo, ou seja, de maneira autoritária e sem a devida interlocução com ~~o~~ o público-alvo (a comunidade escolar como um todo) foram: territorialização do ensino, enxugamento do papel da escola, redireção-a a instrumento de acesso (conexão) ao mundo do trabalho, proliferação das parcerias público-privadas, que evidenciam a lógica neoliberal de subordinação das instituições de ensino, voltadas (de direito) ao interesse público, ao interesse privado de grupos de empreendedores.

Ora, este tipo de política pública compromete ~~o~~ os princípios que norteiam o ensino de sociologia formalizado em seu currículo. ~~Devemos~~ Devemos identificar abaixo uma divergência no interior das próprias políticas públicas: enquanto umas vão no sentido apontado acima, de fortalecimento neoliberal da educação, estariam debates de suma importância como o do currículo de sociologia, outras medidas ~~que~~ representam avanços para a comunidade disíptica / epitélica, porque acolhem suas pautas, como no exemplo da integração da sociologia no Programa Nacional do Livro Didático, abordado na questão anterior.

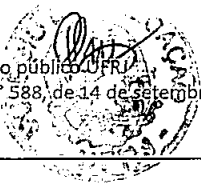
Se não assim, resta-nos lutar politicamente para que as políticas públicas educacionais sejam tomadas em interlocução direta com todos aqueles que vivem a realidade escolar eticamente, e não com agências de finanças do capital internacional. A comunidade disíptica exige "consolidação" de suas demandas, como a presença no currículo de que os temas sociológicos sejam articulados com ~~as~~ as situações locais e regionais de cada escola. O que vai no sentido oposto da instrumentalização alienante dos conteúdos escolares, indr-

ido o da Sociologia, ~~que~~ em que os tópicos curriculares são se-  
parados de suas situações concretas da vida real, segundo revo-  
lucionárias transcendentais que exigem formação acelerada de  
contingentes de mão-de-obra com baixa qualificação técnica.  
Observamos, por fim, que as próprias políticas públicas ~~de~~  
educacionais poderiam se tornar objeto ~~de~~ de estudo  
da Sociologia escolar, seguindo a orientação de que se deve  
partir de situações concretas com os jovens alunos para que  
se aproximem da Sociologia como um instrumento que lhes a-  
judica a pensar a própria situação em que se encontram em  
suas determinações sociais. Isto é, as próprias políticas públicas  
educacionais, e a sua história, deveriam ~~dever~~ ganhar lugar  
no currículo de Sociologia, sendo de maneira obrigatória, ao  
menos como sugestão possível.

Questão 1: A trajetória histórica da Sociologia na Educação  
Básica é marcada por inconsistências e intermitências. Verifique  
esse quadro histórico e seus principais pontos de inflexão nas  
políticas públicas da área.

Na avoz positivista da Sociologia, já em 1870 temos a  
sugestão de Rui Barbosa de que a Sociologia ~~deveria~~ integrasse  
o currículo das escolas em substituição à antiga disciplina "Direito  
Natural". Mas sua proposta não chegou a se votar. Em 1890,  
Benjamin Constant propunha, no interior de seu programa de  
reformas, a inclusão da Sociologia como disciplina escolar obri-  
gatória. Mas ~~a~~ sua Reforma também não foi levada a cabo,  
depois de sua morte precoce.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a Sociologia apa-  
rece pontualmente, aqui e ali, integrada ao currículo das esco-  
las normais, e por vezes também nos últimos anos ~~de~~  
do nível secundário (atual ensino médio).



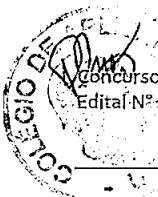
Entre os anos de 1925 a 1942, há uma virada importante para a disciplina. Com a realização da Reforma Rocha Vaz e ainda com a Reforma de Francisco Campos (1931), a Sociologia passa a integrar os currículos da escola secundária brasileira. É importante salientar que nestes anos, em larga medida situados na "Era Vargas", a sociologia era tomada como disciplina importante por promover um exercício crítico e, neste sentido, contribuir para a manutenção da harmonia social. É a sociologia "positiva", que se trata compreender ou explicar os fenômenos sociais, e para assimilar ~~os~~ positivamente aquilo que eles podem fortalecer a ordem social, e não para criticar as bases da sociedade.

A partir de 1942, a sociologia começa ~~alargar~~ um longo ciclo de intermitência nos currículos da educação básica. A disciplina permanece na escola normal, sobretudo como "sociologia da Educação", mas ~~na maioria das vezes~~ nos currículos "clássicos" ou "científicos" ela praticamente desaparece.

Quase vinte anos depois, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases ~~para a Educação Nacional~~ para a Educação Nacional (Lei n° 4024/61), a sociologia formaliza-se como disciplina optativa nos currículos. Na segunda LDB (5692/71), ela continua como optativa.

Nos anos 1980, com a crise econômica em parte decorrente das irresponsabilidades e má gestão dos militares durante o chamado "milagre econômico", o ensino profissionalizante, que foi ~~criado~~ empregado sob o comando dos militares, entra em crise. O governo flexibiliza a legislação educacional com a Lei 7044/82 e abre a possibilidade de diversificação dos currículos, reorganizando a ~~estrutura~~ estrutura curricular anterior vinculada ao ensino profissionalizante. Daí até meados dos anos 1990, desenvolve-se em vários

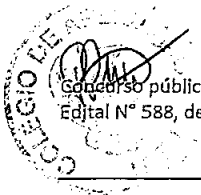




estados um movimento de retomada da obrigatoriedade do ensino de sociologia. Surgem, neste contexto, os primeiros atos legislativos da disciplina e são feitas ~~atitudes~~ até mesmo algumas pesquisas sobre o ensino de sociologia na educação básica. Destaca-se, neste sentido, o estado de São Paulo a fonte deste movimento.

Nova inflexão em 1996: com a nova LDB (9394/96), parece a sociologia torna-se finalmente obrigatória no ensino médio. ~~Em~~ Em um de seus artigos, lê-se que ao término do ensino médio deve-se, obrigatoriamente, dominar conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. O problema foi de hermenêutica: não ficou claro de que maneira os estudantes seriam apresentados aos tais conhecimentos de Filosofia e Sociologia. A interpretação das DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino ~~do~~ Médio) ~~em~~ em '98 ~~analisou~~ ~~que~~ ~~estes~~ ~~conhecimentos~~ ~~de~~ ~~Filosofia~~ ~~e~~ ~~Sociologia~~ ~~estariam~~ ~~podendo~~ ~~ser~~ ~~obtidos~~ ~~por~~ ~~outras~~ ~~disciplinas~~, como História e Geografia. Outras medidas políticas se somam à interpretação acima referida no sentido de bloquear a consolidação da sociologia no currículo da educação básica: o veto do Presidente da República, em 2001, à emenda à LDB aprovada pelo Congresso Nacional; o veto do governador de São Paulo ao projeto ~~de~~ a favor da sociologia no currículo aprovado na ALESB, no mesmo ano, e ainda os pareceres do Conselho Nacional de Educação contra a obrigatoriedade da disciplina.

A história da sociologia na Educação Básica nacional é tão confusa e singular que ~~em~~ nos últimos dezessete anos, ~~ela~~ ela passou por mais duas inflexões. Primeiro, tornou-se obrigatória no Estado



do Rio de Janeiro, salvo engano, por volta do ano de 2009-2010. E, no plano nacional, foi inteiramente reformulada a ~~seu~~ estrutura organizacional do Exame Médio com a Reforma do governo Temer em 2016-2017.